



Dezembro/2014

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

### Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Arquivologia

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova '05', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org). Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:
- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...**como eles**, têm aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será
- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente
- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão "política indigenista" foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

*Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.*

*A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.*

*A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.*

*A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.*

*A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.*

*Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.*

*Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.*

*Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.*

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. "Justiça e direitos: a construção da igualdade". In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos <u>deixariam</u> de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega <u>sobreviveram</u> tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e <u>converte-se</u> em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se <u>materializarem</u>...</i></p> <p>(E) <i>...que <u>enfrentava</u> no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) <u>dependem</u>, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à <u>função designada</u> no corpo social... (atividades exercidas)</i></p> <p>(B) <i>À lei igual para todos <u>incorpora-se</u> o princípio de que... (integra-se)</i></p> <p>(C) <i>...e o direito à <u>resistência</u>. (resistir)</i></p> <p>(D) <i>...e do acesso à <u>justiça</u>... (tribunais)</i></p> <p>(E) <i>Para terminar, <u>volta</u> à deusa Têmis... (evoco)</i></p>	<p>16. Identifica-se ideia de <b>comparação</b> no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... ...questionar a <u>desigualdade</u> entre os indivíduos... ...um símbolo atravessou <u>os séculos</u>...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina... (1º parágrafo)</i></p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade... (7º parágrafo)</i></p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... (8º parágrafo)</i></p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade. (8º parágrafo)</i></p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo... (3º parágrafo)</i></p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, <u>pois</u>, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

#### Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

#### Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que

- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Resolução nº 006/2003 – TJAP</b></p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A disposição metódica dos documentos dentro de uma série, a partir de elemento convencionado para sua recuperação, configura o conceito de

- (A) ordenação.
- (B) proveniência.
- (C) coleção.
- (D) armazenamento.
- (E) acondicionamento.

32. Derivados de atos de cumprimento obrigatório, alguns documentos cumprem a função de determinar sua execução em âmbito de jurisdição mais restrito. Tais documentos, segundo Heloísa Liberalli Bellotto, pertencem à categoria dos atos

- (A) de assentamento.
- (B) de correspondência.
- (C) enunciativos.
- (D) comprobatórios.
- (E) de ajuste.

33. A transferência da propriedade legal dos arquivos, em decorrência de mudança de soberania territorial, é o que se convencionou chamar de

- (A) jurisdição arquivística.
- (B) patrimônio arquivístico.
- (C) sucessão arquivística.
- (D) contencioso arquivístico.
- (E) domicílio legal dos documentos.

34. Minuta, pergaminho e livro constituem, respectivamente, exemplos de

- (A) forma, suporte e formato.
- (B) espécie, técnica de registro e tipo documental.
- (C) formato, gênero e espécie.
- (D) suporte, formato e forma.
- (E) gênero, forma e suporte.

35. Uma placa de homenagem em suporte-acrílico, com a inscrição "Ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, por ocasião do 20º aniversário de sua criação, as homenagens da Assembleia Legislativa do Amapá. Macapá, abril de 2011.", é documento do gênero

- (A) museológico.
- (B) iconográfico.
- (C) bibliográfico.
- (D) textual.
- (E) audiovisual.

36. Segundo Heloísa Bellotto, a Diplomática era disciplina que só se ocupava "da estrutura formal dos atos escritos de origem jurídica, governamental e/ou notarial". A chamada Diplomática Contemporânea, no entanto, preocupa-se com sua vinculação orgânica, concentrando-se no estudo

- (A) dos documentos digitais.
- (B) dos tipos documentais.
- (C) da autoria dos documentos.
- (D) dos sinais de validação documental.
- (E) das datas tópica e crônica dos documentos.

37. Costuma-se atribuir a Natalis de Wailly, chefe da seção administrativa do arquivo do Ministério do Interior, na França, e responsável por uma famosa circular datada de 1841, a formulação

- (A) da abordagem diplomática dos arquivos.
- (B) do paradigma sincrético-custodial.
- (C) da estratégia da documentação.
- (D) dos fundamentos da ciência da informação.
- (E) do princípio de respeito aos fundos.

38. Originalmente publicado em 1898, o famoso *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, de autoria de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, ficou conhecido como manual

- (A) da Sociedade Canadense de Arquivistas.
- (B) do Arquivo Nacional dos Estados Unidos da América do Norte.
- (C) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).
- (D) da Associação dos Arquivistas Holandeses.
- (E) do Arquivo Nacional da Austrália.

39. A fim de assegurar o direito fundamental de acesso à informação, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, estabelece, entre outras diretrizes,

- (A) a observância da publicidade como preceito geral, e do sigilo como exceção.
- (B) a divulgação de informações de interesse público, quando solicitadas.
- (C) o cumprimento de prazo não superior a 60 (sessenta) dias para o atendimento às demandas de informação.
- (D) a supressão dos graus de sigilo superiores a 20 (vinte) anos.
- (E) o poder de fixar o grau de sigilo "ultrassegredo" como competência exclusiva dos presidentes de tribunais.

40. A Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007, pela qual o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, reuniu três tabelas: a de classes processuais, a de assuntos processuais e a de movimentação processual. Procedimento sumário e trânsito em julgado para a defesa constituem, respectivamente, exemplos de

- (A) assunto e classe processual.
- (B) assunto e movimentação processual.
- (C) classe e assunto processual.
- (D) classe e movimentação processual.
- (E) movimentação e assunto processual.

41. No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, o conjunto de unidades de dados ou registros que compartilham o mesmo identificador de arquivo é conhecido como

- (A) diretório.
- (B) ativo de informação.
- (C) chave de sessão.
- (D) controle de acesso.
- (E) arquivo elementar.



42. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, os órgãos do Poder Judiciário podem, em suas atividades de gestão documental, buscar auxílio junto a instituições de caráter cultural ou acadêmico. Nos acordos assim estabelecidos,
- (A) a divulgação do acervo deverá ser feita de modo incondicional.
  - (B) tais instituições terão a custódia temporária dos documentos do Poder Judiciário.
  - (C) o trabalho transcorrerá à revelia das comissões de avaliação dos Tribunais.
  - (D) a devolução dos documentos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) anos.
  - (E) os funcionários dos Tribunais serão transferidos para as instituições conveniadas.

43. Para agilizar a prestação jurisdicional, automatizando e padronizando procedimentos e documentos, o Tribunal de Justiça do Amapá desenvolveu um *software* genuinamente amapaense, com tecnologia e recursos humanos próprios. Trata-se do
- (A) Renajud.
  - (B) Tucujuris.
  - (C) Bacenjud.
  - (D) Infojud.
  - (E) Renavam.

**Atenção:** Para responder às questões de números 44 a 46, considere a lista das pastas suspensas com os nomes dos remetentes (pessoas físicas e jurídicas) da correspondência recebida por determinada instituição, com a indicação das cidades de origem:

1. José Augusto Pereira Filho – Belém (PA)
2. Antônio de Sousa Passos – Porto Grande (AP)
3. Casas Pereira – Ferreira Gomes (AP)
4. Joaquim Pereira dos Santos – Manaus (AM)
5. Escritório de Contabilidade Porto Seguro – Belém (PA)
6. Maria Augusta Lima Pereira – Laranjal do Jari (AP)
7. Lira & Fernandes Ltda. – Laranjal do Jari (AP)
8. Companhia de Eletricidade do Amapá – Macapá (AP)

44. Caso fossem ordenadas alfabeticamente pelos nomes dos remetentes, as pastas obedeceriam à sequência
- (A) 8, 1, 7, 6, 2, 4, 3, 5.
  - (B) 2, 3, 8, 1, 7, 6, 4, 5.
  - (C) 3, 8, 5, 6, 7, 2, 1, 4.
  - (D) 1, 7, 6, 8, 3, 5, 4, 2.
  - (E) 7, 2, 1, 6, 8, 4, 3, 5.

45. Caso fossem ordenadas alfabeticamente pelos nomes dos Estados e, dentre estes, pelos das cidades, as pastas obedeceriam à sequência
- (A) 7, 6, 4, 3, 1, 8, 2, 5.
  - (B) 4, 2, 8, 5, 1, 3, 7, 6.
  - (C) 3, 6, 7, 8, 2, 4, 5, 1.
  - (D) 5, 4, 2, 1, 8, 7, 6, 3.
  - (E) 2, 5, 8, 7, 3, 1, 6, 4.

46. Caso fossem ordenadas alfabeticamente pelos nomes das cidades, as pastas obedeceriam à sequência
- (A) 4, 3, 7, 5, 8, 2, 6, 1.
  - (B) 1, 2, 3, 8, 5, 4, 7, 6.
  - (C) 6, 8, 2, 4, 7, 3, 1, 5.
  - (D) 7, 8, 3, 5, 2, 1, 6, 4.
  - (E) 5, 1, 3, 6, 7, 8, 4, 2.

47. Na numeração uniforme instituída em 2008 para os órgãos do Poder Judiciário, o segundo campo destina-se
- (A) ao ano de ajuizamento do processo.
  - (B) ao número do processo.
  - (C) aos dígitos verificadores.
  - (D) ao código do Estado.
  - (E) à unidade de origem do processo.

48. Observe a subclasse estágios (extraída da classe GESTÃO DE PESSOAS – código 20.00.00.00), do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Documentação Administrativa da Justiça Federal.

20.11.00.00	Estágios
20.11.00.01	Termo de compromisso de estágio
20.11.00.02	Frequência de estagiários
20.11.00.03	Pagamento de bolsa-estágio
20.11.00.04	Declaração de estágio

No processo de classificação, espécies e tipos documentais constituem objetos a serem classificados e não podem ser confundidos com as unidades de classificação. Tal confusão ocorre nos itens

- (A) 20.11.00.01 e 20.11.00.04.
- (B) 20.11.00.02 e 20.11.00.03.
- (C) 20.11.00.03 e 20.11.00.04.
- (D) 20.11.00.01 e 20.11.00.03.
- (E) 20.11.00.02 e 20.11.00.04.

49. O Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Graus, de 2008, estabelece, entre outras medidas, que são documentos de guarda permanente:

- I. as decisões terminativas, os acórdãos e as decisões recursais monocráticas.
- II. as ações que versem sobre desapropriações e direitos indígenas.
- III. os atos normativos e os de ajuste.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

50. O instrumento de controle da passagem de documentos para o arquivo permanente é conhecido como

- (A) lista de transferência.
- (B) registro topográfico.
- (C) plano de arquivamento.
- (D) plano de armazenamento.
- (E) relação de recolhimento.

51. O encaminhamento dos documentos passíveis de eliminação e daqueles submetidos a guarda temporária ou permanente, em decorrência de processo de avaliação, vem consignado em instrumentos de

- (A) notação.
- (B) classificação.
- (C) pesquisa.
- (D) destinação.
- (E) equivalência.



52. Segundo as *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais*, do Conselho Nacional de Arquivos,
- (A) documentos historicamente autênticos são aqueles que foram escritos de acordo com a prática do tempo e do lugar indicados no texto e assinados por pessoa(s) competente(s) para produzi-los.
- (B) a mudança de suporte não compromete a autenticidade do documento digital porque, neste caso, forma e conteúdo estão desvinculados do meio em que se registram as informações.
- (C) a assinatura digital garante a autenticidade do documento, no longo prazo, dispensando a necessidade de conversões e a inserção de metadados.
- (D) a autenticidade depende da autenticação, isto é, da declaração de idoneidade feita em um dado momento por pessoa revestida de autoridade.
- (E) o valor legal da assinatura digital ainda não foi reconhecido no Brasil e nos países com os quais mantém relações diplomáticas.

**Atenção:** Para responder às questões de números 53 a 55, observe a Portaria nº 160, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

<b>O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA</b> , no uso de suas atribuições legais e regimentais;	<b>1</b>
<b>CONSIDERANDO</b> as atribuições do CNJ previstas no § 4º do art. 103-B da Constituição Federal; <b>CONSIDERANDO</b> o teor da Resolução CNJ 125, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências; <b>CONSIDERANDO</b> que a eficiência operacional, o acesso ao sistema de Justiça e a responsabilidade social são objetivos estratégicos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução/CNJ nº 70, de 18 de março de 2009; <b>CONSIDERANDO</b> o disposto na Portaria nº 64, de 8 de maio de 2014, que institui o Comitê Gestor Nacional da Conciliação, com o propósito de divulgar e incentivar a solução de conflitos; <b>CONSIDERANDO</b> a necessidade de consolidação da política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios;	<b>2</b>
<b>RESOLVE:</b> Art. 1º Instituir o Conselho Consultivo da Presidência do CNJ, com o objetivo de auxiliar a análise das propostas de métodos de solução de conflitos. Art. 2º O Conselho de que trata esta Portaria é formado pelos seguintes integrantes: I – Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça; II – Ministro Néfi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça; III – Ministro Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.	<b>3</b>
Brasília, 22 de setembro de 2014. Ministro <b>Ricardo Lewandowski</b> Presidente do Conselho Nacional de Justiça	<b>4</b>

53. Os segmentos da Portaria numerados à direita correspondem, respectivamente, à seguinte partição:

- (A) protocolo inicial, preâmbulo, dispositivo e protocolo final.
- (B) autoria, considerações, decisão e conclusão.
- (C) abertura, apresentação, imposição e encerramento.
- (D) introito, arrazoado, determinação e assinatura.
- (E) titulação, exposição de motivos, teor e responsabilidade.

54. A ementa mais adequada para a Portaria é:

- (A) Estabelece a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.
- (B) Consolida política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios.
- (C) Cria o Conselho Consultivo da Presidência do CNJ para assessoramento na análise de métodos de solução de conflitos.
- (D) Institui o Comitê Gestor Nacional da Conciliação, com o propósito de divulgar e incentivar a solução de conflitos.
- (E) Adota parâmetros de eficiência operacional e de acesso ao sistema de Justiça como recursos estratégicos do Poder Judiciário.



55. A espécie Portaria integra o universo dos atos
- (A) normativos.
  - (B) testemunhais.
  - (C) opinativos.
  - (D) pactuais.
  - (E) de comprovação.
- 
56. À parcela de determinado conjunto documental que se toma por base indivisível, na produção de instrumentos de pesquisa, dá-se o nome de
- (A) verbete.
  - (B) grupo.
  - (C) subgrupo.
  - (D) unidade de arquivamento.
  - (E) unidade de descrição.
- 
57. Quando a parcela que se toma por base indivisível da descrição é o item documental, a modalidade de instrumento de pesquisa é o
- (A) índice.
  - (B) catálogo.
  - (C) *thesaurus*.
  - (D) repertório.
  - (E) dossiê.
- 
58. O inventário, instrumento de pesquisa típico dos arquivos, toma por base indivisível de descrição
- (A) o código de notação.
  - (B) a unidade de arranjo.
  - (C) a série.
  - (D) o processo.
  - (E) o fundo.
- 
59. As funções de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório constituem objeto
- (A) da Descrição Arquivística Codificada – EAD.
  - (B) da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G).
  - (C) da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE.
  - (D) do Sistema Aberto de Arquivamento de Informação – SAAI.
  - (E) do Protocolo para Coleta de Metadados – OAI-PMH.
- 
60. É vedado aos arquivistas, do ponto de vista ético,
- (A) respeitar o princípio de proveniência e de respeito à ordem original dos documentos.
  - (B) proteger a autenticidade e a integridade dos documentos sob sua responsabilidade.
  - (C) facilitar o acesso ao maior número possível de usuários, atendendo-os com imparcialidade.
  - (D) acompanhar a literatura da área, mantendo-se atualizado em relação a novos aportes técnicos.
  - (E) revelar informações contidas em documentos cujo acesso tem algum tipo de restrição.